



MUNICÍPIO DA GOLEGÃ
CÂMARA MUNICIPAL

ATA N.º 5/2015

REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE GOLEGÃ, REALIZADA NO DIA 2 DE
FEVEREIRO DE 2015:

Aos dois dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e quinze, nesta vila da Golegã, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal, com a presença do Excelentíssimo Presidente, Rui Manuel Lince Singeis Medinas Duarte que presidiu, do Senhor Vice-Presidente, Carlos Manuel Matos Asseiceiro e dos Senhores Vereadores Nair Cristina dos Santos Gonçalves Henriques da Luz, Ana Isabel Madeira Mota Sampaio Caixinha Duque e José António Godinho Lopes. Estiveram presentes o Senhor Chefe da Divisão de Obras, Urbanismo e Ambiente, Acácio Galrinho Nunes, a Senhora Chefe da Divisão de Intervenção Social, Elsa Catarina Petinga Lourenço e o Assistente Técnico, Senhor Paulo Manuel de Matos Caixinha a fim de prestarem quaisquer esclarecimentos necessários. Secretariou a reunião a Assistente Técnica Senhora Isabel Maria da Conceição Centeio Gameiro.

INÍCIO:

Quando eram quinze horas e quinze minutos e verificando-se a existência de quórum o Excelentíssimo Presidente declarou aberta a reunião.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:

Período fixado nos termos do artigo 52º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

APROVAÇÃO DA ATA:

O Senhor Presidente solicitou a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, uma vez que a mesma foi distribuída a todos os membros, tendo sido esta aprovada, por unanimidade.

Handwritten signatures and initials in the top left corner of the page.

----- **DISPONIBILIDADE DE TESOURARIA:** -----

----- A Câmara tomou conhecimento do balancete de Tesouraria relativo ao último dia útil, o qual acusa um saldo de disponibilidades no valor de 115.583,29€ (Cento e quinze mil quinhentos e oitenta e três euros e vinte e nove cêntimos); -----

----- Operações Orçamentais: 75.630,82€ (Setenta e cinco mil seiscentos e trinta euros e oitenta e dois cêntimos); -----

----- Operações não Orçamentais: 39.952,47€ (Trinta e nove mil novecentos e cinquenta e dois euros e quarenta e sete cêntimos).-----

----- **INTERVENÇÕES DOS MEMBROS DO EXECUTIVO:** -----

----- De seguida, o Excelentíssimo Senhor Presidente prestou algumas informações e deu a palavra aos Senhores Vereadores para tratamento de assuntos gerais para a autarquia. -----

----- **Iluminação pública:**-----

----- O senhor vereador José Godinho Lopes perguntou porque é que a iluminação pública na Rua D. Margarida Relvas, no dia da presente reunião de Câmara, continuava acesa, ao que o Excelentíssimo Presidente respondeu que esse facto se prendia com as interrupções de energia ocorridas no dia anterior. -----

----- **1.ª Etapa do Triatlo Cross:** -----

----- A senhora vereadora Ana Isabel Caixinha disse que todos deviam estar orgulhosos com a participação dos atletas do Núcleo Sportinguista do Concelho da Golegã na 1.ª Etapa do Triatlo Cross, uma vez que, apesar das condições climatéricas completamente adversas, os atletas José Pedro Barreto, João Vale e Diogo Lino alcançaram o primeiro, segundo e terceiro lugar, respetivamente da referida prova, realizada no dia 1 de fevereiro de 2015, em Vila Franca de Xira, o que para lá do mais é também um facto não muito comum.-----

----- **ORDEM DO DIA:** -----



MUNICÍPIO DA GOLEGÃ
CÂMARA MUNICIPAL

Handwritten signatures and initials in the top right corner, including a large 'UO' and other illegible marks.

----- **1 - Pedido de parecer prévio vinculativo à Câmara para a celebração de contrato de aquisição de serviços de Assessoria Técnica – Assessoria Jurídica:**-----

----- Foi presente à Câmara a informação n.º 36 / DAF – Serviço de Aprovisionamento, Património e Armazéns, datada de 28 de janeiro de 2015, com o pedido de parecer prévio vinculativo à Câmara para a celebração de contrato de aquisição de serviços de Assessoria Técnica – Assessoria Jurídica.-----

----- O Excelentíssimo Presidente referiu que se estava presente uma solução para a área jurídica, que considerava que era determinante, até no relacionamento do nosso município com as outras autarquias.-----

----- A senhora vereadora Nair Henriques da Luz disse que concordava que se tratava de uma área determinante, mas que deveria ter havido da parte do executivo em funções, a preocupação de apresentar mais de que uma proposta, para a deliberação ser baseada numa decisão mais transparente e objetiva. Não tendo sido assim, o seu sentido de voto teria que ir ao encontro da abstenção.-----

----- A senhora vereadora Ana Isabel Caixinha solicitou que fosse de novo presente à Câmara a informação sobre a contratação de um técnico superior na área do Direito, tendo o assistente técnico, Paulo Caixinha, devidamente autorizado, respondido que a contratação não pode ser efetuada porque não cumprimos o rácio imposto pelos Orçamentos do Estado dos anos 2013 e 2014.-----

----- Sobre a proposta em apreço, a senhora vereadora Ana Isabel Caixinha disse que achava o valor alto, até porque as presenças serão semanais ou quando necessárias, e que teria sido mais correto terem sido solicitadas mais propostas.-----



----- Referiu, também, que no que se refere à proposta apresentada pelo prestador de serviços que se pretende contratar, percebe perfeitamente a inclusão do “advogados seniores”, apesar de, a não ser que seja desconhecimento seu, na Ordem dos Advogados unicamente existirem advogados e advogados estagiários, referiu também, que o valor a pagar até poderia ser o correto se estivéssemos perante grandes especialistas das diversas áreas conexas com a atividade administrativo-autárquica, o que, apesar de não conhecer a Sociedade em questão, lhe parece que não será o caso, uma vez que a mesma na proposta apresentada refere por exemplo que “obriga-se à prestação de serviços na área da assessoria jurídica ao Município da Golegã”, quando o Município é constituído também pela Assembleia Municipal e que saiba a Assembleia não a contratou para lhe prestar qualquer tipo de serviços, bem como refere que prestará “apoio jurídico aos diversos departamentos do Município”, quando o Município da Golegã os não tem e a Câmara Municipal da Golegã também não. Acrescentando que considera inaceitável que se pretenda trabalhar com uma entidade e se desconheça a realidade da mesma. Acrescentou que já aquando do parecer emitido pela sociedade em questão no âmbito do processo da IGF e no tocante ao procedimento concursal para admissão de um técnico superior na área do desporto ficou completamente surpreendida com o facto de no referido parecer ser referido que a Câmara Municipal, com o aviso de abertura do concurso, havia alterado o mapa de pessoal, competência que é da Assembleia Municipal, e violação que nunca nos foi imputada pela IGF, mostrando total desconhecimento de que o referido procedimento concursal havia ido à Assembleia Municipal e merecido aprovação da mesma não uma mas sim duas vezes. -----

----- No que se refere ao patrocínio jurídico considera que o mesmo deveria estar incluído, pois como todos sabemos os processos em que as entidades públicas são parte em regra tem valores altíssimos e aí iremos ter que pagar honorários também altíssimos uma vez que, apesar do valor que se pretende pagar, o patrocínio se encontrar excluído. -----



MUNICÍPIO DA GOLEGÃ
CÂMARA MUNICIPAL

----- O Excelentíssimo Presidente respondeu que o valor é sempre discutível e que pensava que não deveria pedir propostas de forma aleatória, tendo a senhora vereadora dito que a questão do patrocínio jurídico era de extrema importância e o Excelentíssimo Presidente lhe respondeu que iria estar atento a todas as suas dúvidas, facto que a senhora vereadora agradeceu.-----

----- O senhor vereador José Godinho Lopes disse que subscrevia a necessidade do assunto da presente proposta, mas que o valor da mesma, apesar de não ter termo de comparação, lhe parecia elevado, e que mesmo com a legitimidade do ajuste direto, a inexistência de consulta ao mercado gera falta de confiança na escolha efetuada. Fez notar que não existe fundamentação para a escolha desta empresa. Frisou que a proposta não tem incluído o patrocínio judiciário o que irá potenciar a possibilidade de acréscimos ao valor indicado. -----

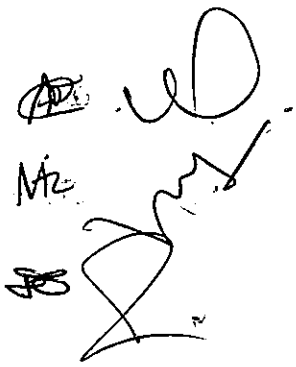
----- O Excelentíssimo Presidente referiu que a empresa em questão trabalha com a Câmara Municipal de Lisboa e com a AIRC.-----

----- A Câmara deliberou, por maioria, aprovar o pedido de parecer vinculativo para a celebração de contrato de aquisição de serviços de Assessoria Técnica – Assessoria Jurídica, com a abstenção da senhora vereadora Nair Henriques da Luz, com os dois votos contra dos senhores vereadores Ana Isabel Caixinha e José Godinho Lopes e com os dois votos a favor do senhor Vice-Presidente e do Excelentíssimo Presidente, tendo o Excelentíssimo Presidente usado o voto de qualidade, nos termos do número 2 do artigo 54º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

----- **2 - Pedido de parecer prévio vinculativo à Câmara para a celebração de contrato de aquisição de serviços de Assessoria Técnica – Serviços Veterinários:-----**

----- Foi presente à Câmara a informação n.º 37 / DAF – Serviço de Aprovisionamento, Património e Armazéns, datada de 28 de janeiro de 2015, com o pedido de parecer prévio vinculativo à Câmara para a celebração de contrato de aquisição de serviços de Assessoria Técnica – Serviços Veterinários.-----

Reunião de 2/2/2015



----- O Excelentíssimo Presidente referiu que a proposta apresentada tem a duração de onze meses.-----

----- A senhora vereadora Ana Isabel Caixinha disse que concordava com a pertinência do conteúdo da proposta, mas que tinha imensas dúvidas que se prendiam com o que é que se pretende com a assessoria técnica de serviços veterinários, tendo o Excelentíssimo Presidente respondido que é alguém que assegura os serviços veterinários. A senhora vereadora perguntou quem assegurava as competências que a Lei delega no médico veterinário ao que o Excelentíssimo Presidente respondeu que seria a empresa, tendo a senhora vereadora concluído que essa situação foi a que a IGF considerou errada.-----

----- O Excelentíssimo Presidente disse que a Câmara Municipal da Golegã vai ter um veterinário que trabalha para uma empresa, tendo a senhora vereadora Ana Isabel Caixinha perguntado qual seria então na prática a diferença, relativamente à situação anterior. O Excelentíssimo Presidente respondeu que na situação anterior os serviços municipais tinham um médico veterinário e que na situação proposta a empresa tem dois médicos veterinários que desempenham funções de veterinários, mas não são médicos veterinários dos nossos serviços.----

----- A senhora vereadora Nair Henriques da Luz perguntou se iria haver um acréscimo de custos, por causa do apoio aos eventos ao que o Excelentíssimo Presidente respondeu que não, porque continua a existir mais apoio veterinário durante a Feira Nacional do Cavalo. A senhora vereadora perguntou se poderia então concluir, face à resposta recebida, que o valor da presente proposta não estava sobrevalorizado, tendo o Excelentíssimo Presidente afirmado que essa conclusão era correta. -----

----- O senhor vereador José Godinho Lopes referiu que o que estava em questão era se os serviços estavam a contratar, ou não, um médico veterinário e perguntou se ainda existiam municípios que só pagavam 40% do valor do vencimento do médico veterinário, tendo o



MUNICÍPIO DA GOLEGÃ
CÂMARA MUNICIPAL

Excelentíssimo Presidente respondido que sim, tal como acontecia com os nossos serviços, quando o Dr.º António Jorge Caixinha era o veterinário municipal. O senhor vereador disse ainda que a função de médico veterinário é pessoal e intransmissível e que na sua opinião estaremos a incorrer em situação semelhante à anteriormente contestada pela Inspeção Geral de Finanças.-----

----- A senhora vereadora Ana Isabel Caixinha disse que, caso a IGF analise esta situação, vai acusar os serviços de terem encontrado uma solução que não é mais do que encontrar designações diferentes para uma situação idêntica.-----

A Câmara deliberou, por maioria, aprovar o pedido de parecer vinculativo para a celebração de contrato de aquisição de serviços de Assessoria Técnica – Serviços Veterinários, com as duas abstenções dos senhores vereadores Ana Isabel Caixinha e José Godinho Lopes e com os três votos a favor da senhora vereadora Nair Henriques da Luz, do senhor Vice-Presidente e do Excelentíssimo Presidente.-----

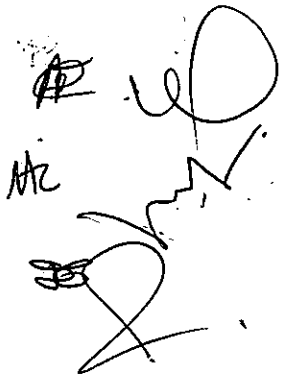
----- **3 - Pedido de parecer prévio vinculativo à Câmara para a celebração de contrato de aquisição de serviços de Assessoria Técnica – Informação, vigilância, salvamento e prestação de socorro a banhistas:**-----

----- Foi presente à Câmara a informação n.º 38 / DAF – Serviço de Aprovisionamento, Património e Armazéns, datada de 29 de janeiro de 2015, com o pedido de parecer prévio vinculativo à Câmara para a celebração de contrato de aquisição de serviços de Assessoria Técnica – Informação, vigilância, salvamento e prestação de socorro a banhistas:-----

----- O Excelentíssimo Presidente disse que havia a necessidade de integrar nos serviços mais um nadador salvador.-----

----- A senhora vereadora Ana Isabel Caixinha referiu que foi anexada, ao processo em questão, uma cópia da deliberação da Assembleia Municipal de 24 de julho de 2014 que aprova

Reunião de 2/2/2015



por unanimidade, a assunção de compromissos plurianuais por parte da Câmara Municipal e que tem dúvidas se esta autorização não caduca com a entrada em vigor das GOP 2015. Na sua opinião, quando na deliberação se refere “plurianuais” é para os compromissos assumidos em 2014, para o ano 2014 e os dois anos seguintes, não para compromissos iniciados em 2015. O assistente técnico Paulo Caixinha, devidamente autorizado, disse que esta dúvida lhe tinha surgido e que se tinha esclarecido junto da Câmara de Coruche e que a dotação para a celebração do contrato consta na primeira alteração orçamental às GOP 2015.-----

----- A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar o pedido de parecer prévio vinculativo para a celebração de contrato de aquisição de serviços de Assessoria Técnica – Informação, vigilância, salvamento e prestação de socorro a banhistas.-----

----- **4 - Associação Torrejana de Ensino Profissional – Escola Profissional de Torres Novas** -----

----- **Protocolo de Estágio Curricular/ Formação em Contexto de Trabalho (FCT):**-----

----- Foi presente à Câmara um pedido da ATEP-Escola Profissional de Torres Novas para celebração de protocolo para realização de Estágio Curricular/ Formação em Contexto de Trabalho (FCT).-----

----- O senhor Vice-Presidente disse que deveria constar na deliberação que caso havendo mais do que um interessado no estágio, ser sempre dada prioridade aos alunos residentes no concelho, tendo todo o executivo concordado.-----

----- A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar o presente protocolo de Estágio Curricular/ Formação em Contexto de Trabalho (FCT) a celebrar entre a ATEP -Escola Profissional de Torres Novas e a Câmara Municipal da Golegã, bem como autorizar o Excelentíssimo Presidente a outorgar o referido documento. Mais deliberou, por unanimidade, que havendo mais do que um interessado, deve ser prioritária a colocação no estágio dos alunos residentes no concelho da Golegã.-----



MUNICÍPIO DA GOLEGÃ
CÂMARA MUNICIPAL

----- **5 - Escola Superior de Gestão de Tomar - Instituto Politécnico de Tomar:**-----

----- **Protocolo de Realização de Formação em Contexto de Trabalho / Estágio:**-----

----- Foi presente à Câmara um pedido da Escola Superior de Gestão de Tomar - Instituto Politécnico de Tomar para celebração de protocolo para Realização de Formação em Contexto de Trabalho / Estágio.-----

----- A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar o presente protocolo de Realização de Formação em Contexto de Trabalho / Estágio a celebrar entre o Instituto Politécnico de Tomar e a Câmara Municipal da Golegã, bem como autorizar o Excelentíssimo Presidente a outorgar o referido documento, com efeito retroativo a 26 de janeiro de 2015. Mais deliberou, por unanimidade, que havendo mais do que um interessado, deve ser prioritária a colocação no estágio dos alunos residentes no concelho da Golegã.-----

----- **6 - Instituto Politécnico de Tomar** -----

----- **Protocolo de Formação em Contexto de Trabalho – Produção de Atividades para o Turismo Cultural:**-----

----- Foi presente à Câmara um pedido do Instituto Politécnico de Tomar para celebração de protocolo de Formação em Contexto de Trabalho – Produção de Atividades para o Turismo Cultural:-----

----- A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar o presente protocolo de Formação em Contexto de Trabalho – Produção de Atividades para o Turismo Cultural a celebrar entre a Câmara Municipal da Golegã e o Instituto Politécnico de Tomar, bem como autorizar o Excelentíssimo Presidente a outorgar o referido documento. Mais deliberou, por unanimidade, que havendo mais do que um interessado, deve ser prioritária a colocação no estágio dos alunos residentes no concelho da Golegã.-----

Reunião de 2/2/2015

----- **7 - Agrupamento de Escolas Cidade do Entroncamento (170586) – Escola Secundária c/ 3.º Ciclo do Entroncamento** -----

----- **Protocolo de Formação em contexto de Trabalho (FCT):**-----

----- Foi presente à Câmara um pedido do Agrupamento de Escolas Cidade do Entroncamento (170586) – Escola Secundária c/ 3.º Ciclo do Entroncamento para celebração de protocolo de Formação em Contexto de Trabalho (FCT).-----

----- A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar o presente protocolo de Protocolo de Formação em contexto de Trabalho (FCT) a celebrar entre Escola Secundária C/ 3.º Ciclo do Entroncamento e a Câmara Municipal da Golegã bem como autorizar o Excelentíssimo Presidente a outorgar o referido documento. Mais deliberou, por unanimidade, que havendo mais do que um interessado, deve ser prioritária a colocação no estágio dos alunos residentes no concelho da Golegã.-----

----- **8 - Medida de Incentivo à Natalidade** -----

----- **Proposta de alterações:**-----

----- Foi presente à Câmara a informação n.º 10 do Serviço de Ação Social, datada de 26 de janeiro de 2015, com uma proposta de alterações à listagem de bens/produtos elegíveis/ serviços.

----- A senhora vereadora Ana Isabel Caixinha referiu que quanto às três primeiras alterações solicitadas na informação são omissões e podem ser integradas no regulamento em questão. Disse ainda que no respeitante às despesas efetuadas fora do concelho são uma alteração ao regulamento, por isso não se deve deliberar, mas sim alterar o regulamento.-----

----- A senhora vereadora Nair Henriques da Luz questionou se não era preferível retirar o ponto da ordem de trabalhos, tendo a senhora vereadora Ana Isabel Caixinha respondido que quanto às três primeiras situações não havia necessidade e se poderia deliberar.-----



MUNICÍPIO DA GOLEGÃ
CÂMARA MUNICIPAL

Handwritten signatures and initials, including 'ED', 'AP', 'Aiz', and 'JOS'.

----- O senhor vereador José Godinho Lopes disse que era pertinente o solicitado na informação, mas que deveria ser discutido no âmbito de uma alteração ao regulamento.-----

----- A Câmara deliberou, por unanimidade, iniciar de imediato o processo de alteração do Regulamento Municipal de Incentivo à Natalidade no Concelho da Golegã:-----

----- **9 - Sociedade São Vicente de Paulo – Conferência Nossa Senhora da Conceição. ----**

----- **Solicita apoio mensal - em géneros alimentares - Banco Alimentar:-----**

----- Foi presente uma carta da Sociedade São Vicente de Paulo – Conferência Nossa Senhora da Conceição, a solicitar um apoio mensal em géneros alimentares para o Banco Alimentar.-----

----- A senhora vereadora Ana Isabel Caixinha perguntou se o valor do apoio seria dado em géneros alimentares, ao que o Excelentíssimo Presidente respondeu que sim, e a chefe da DIS, Dr.^a Elsa Lourenço, devidamente autorizada, deu conhecimento que a nível nacional a Conferência de São Vicente de Paulo arrecada 1% dos donativos em dinheiro.-----

----- A Câmara deliberou, por unanimidade, atribuir mensalmente à Sociedade São Vicente de Paulo – Conferência Nossa Senhora da Conceição, um apoio em géneros alimentares no valor de 350,00€, no sentido de satisfazer as necessidades do Banco Alimentar.-----

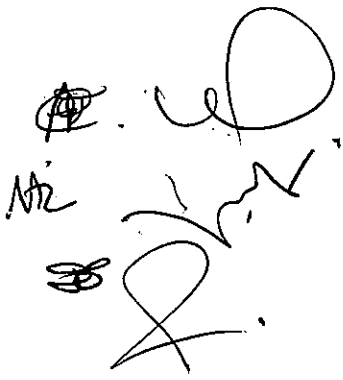
----- **10 - JSD Golegã -----**

----- **Solicita cedência da sala de reuniões – Equuspolis:-----**

----- Foi presente à Câmara um ofício da JSD Golegã, datado de 13 de janeiro de 2015, a solicitar a cedência da sala de reuniões no Equuspolis para o dia 7 de fevereiro de 2015.-----

----- A Câmara deliberou, por unanimidade, ceder à JSD Golegã a utilização do espaço solicitado no Edifício Equuspolis, para o próximo dia 7 de fevereiro das 15 horas e 30 minutos até às 18.00 horas, bem como o projetor. Mais deliberou, por unanimidade, isentar a JSD Golegã do pagamento das respetivas taxas de utilização.-----

Reunião de 2/2/2015



-----11 - Academia Nersant -----

----- Solicita cedência de sala para apresentação do programa Portugal 2020:-----

----- Foi presente à Câmara um pedido da Academia Nersant, datado de 25 de janeiro de 2015, a solicitar a cedência de uma sala para apresentação do programa Portugal 2020.-----

----- A Câmara deliberou, por unanimidade, ceder à Academia Nersant o Auditório Eng.º Ricardo Magalhães, no Edifício Equuspolis, no próximo dia 4 de fevereiro a partir das 14 horas e 30 minutos, bem como isentá-la do pagamento da respetiva taxa de utilização. -----

----- 12 - Missão País / Golegã 2015:-----

----- Foi presente à Câmara a informação n.º 11 da DIS, datada de 28 de janeiro de 2015, sobre a realização do projeto Missão País / Golegã 2015.-----

----- O senhor vereador José Godinho Lopes perguntou se havia alguma razão em especial para a Casa do Povo do Pombalinho não fazer parte da parceria em questão, ao que a chefe da DIS, devidamente autorizada, esclareceu que os organizadores do projeto fizeram uma visita ao concelho, guiada pela funcionária Rita Alcobia, e que não lhes foi mostrada a freguesia do Pombalinho. Disse ainda que quando se constatou esse facto, já não houve a possibilidade de integrar a Casa do Povo do Pombalinho no referido projeto.-----

----- O senhor vereador José Godinho Lopes frisou que na informação não constam os custos com o apoio ao projeto para se poder deliberar a isenção do pagamento.-----

----- A senhora vereadora Ana Isabel Caixinha disse que o seu sentido de voto seria a abstenção, visto não conhecer os valores do apoio que pensava ser elevado.-----

----- A Câmara deliberou, por maioria, com as duas abstenções das senhoras vereadoras Nair Henriques da Luz e Ana Isabel Caixinha e com os três votos do senhor vereador José Godinho Lopes, do senhor Vice-Presidente e do Excelentíssimo Presidente aprovar o apoio solicitado para a Missão País da Universidade Lusíada, cedendo o alojamento para os oito chefes do Projeto de



MUNICÍPIO DA GOLEGÃ
CÂMARA MUNICIPAL

5 a 7 de fevereiro, alojamento para quarenta e cinco pessoas de 7 a 14 de fevereiro, almoço e jantar para quarenta e cinco pessoas no dia 8 de fevereiro, almoço para dezassete pessoas de 9 a 13 de fevereiro, jantar para quarenta e cinco pessoas de 9 a 13 de fevereiro, o Auditório Eng.º Ricardo Magalhães no Edifício Equuspolis, no dia 9 de fevereiro, pelas 21.00 horas, transporte para quarenta pessoas para colaborarem com o Programa Restolho da Agrotejo (dentro dos limites do concelho) e apoio na divulgação do Projeto.-----

----- **13 – Leonor Costa** -----

----- **Oferta de livros à Biblioteca Municipal:**-----

----- Foi presente à Câmara a informação n.º 2 da DIS, datada de 15 de janeiro de 2015, sobre a oferta de livros à Biblioteca Municipal por parte de Leonor Costa.-----

----- A Câmara deliberou, por unanimidade, aceitar e agradecer a oferta.-----

----- **14 – DOUA / informação** -----

----- **Prova de S. Francisco:**-----

----- Foi presente à Câmara a informação n.º 16 da DOUA, de 26 de janeiro de 2015, com os valores restantes de horas de funcionários que colaboraram com a ANTE na organização da prova de S. Francisco.-----

----- A senhora vereadora Ana Isabel Caixinha questionou o número de horas de pessoal, apresentado na informação, para o dia 23 de janeiro, e o chefe da DOUA, Eng.º Acácio Nunes, devidamente autorizado, prestou os esclarecimentos necessários.-----

----- A Câmara tomou conhecimento.-----

----- **15 - Aprovação de deliberação em minuta:**-----

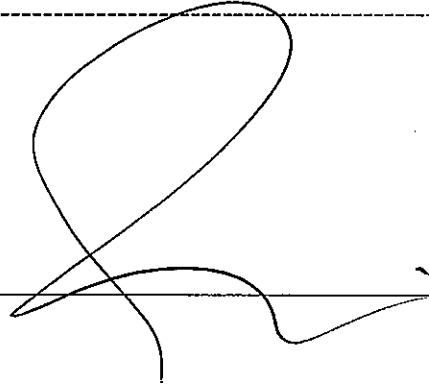
----- Nos termos do n.º3 do art.º 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, foi deliberado por unanimidade, para que produzam efeitos imediatos, aprovar as deliberações constantes nos pontos 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 9, 10, 11 e 12.-----

NE 

----- **ENCERRAMENTO:** -----

----- Quando eram dezassete horas e quarenta minutos, o Excelentíssimo Presidente a presidir deu por encerrados os trabalhos desta reunião, da qual foi lavrada a presente ata, que vai ser por si assinada e pela Assistente Técnica.-----

O Presidente da Câmara:



A Assistente Técnica:


Isabel Gouveia